

Pichações: discursos de resistência conforme Foucault

Eliane Marquez da Fonseca Fernandes

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Campus Samambaia, Cx. Postal 131, 74001-970, Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: elianemarquez@uol.com.br

RESUMO. Este artigo tem o objetivo de observar como as práticas de pichação vêm alterando os discursos neste início de século. Delineamos nosso trabalho a partir da perspectiva filosófico-histórica de Foucault com enfoque específico na fase dos estudos sobre o poder em seu eixo genealógico. Partimos do pressuposto de que o poder não tem apenas uma face visível do aspecto econômico e político, impondo leis e normas, num controle social. Entendemos que a questão do poder está numa relação de forças em que o sujeito nem sempre aceita a regulação passivamente e desencadeia gestos de resistência. Se o poder instituído controla as publicações e as práticas urbanas nas ruas, pichar torna-se uma forma de contrapoder e resistência. A sociedade também reage a esse tipo de invasão que tem uma visibilidade pública e tenta impedir a “sujeira” dos muros e paredes. Como forma de proteção os pichadores fazem inscrições cifradas e, também, inserem uma voz de protesto contra uma sociedade controlada. Se ao início a prática pichadora era uma resistência política e depois uma forma de demarcação de território e de demonstração de ousadia, percebemos hoje o surgimento de uma preocupação socioeconômica. Em nossa base teórica tomamos Foucault (1995, 2003, 2010).

Palavras-chave: discurso, genealogia, poder, reação.

ABSTRACT. Graffiti: discourse of resistance based on Foucault. The goal of this article is to observe how graffiti has altered discourses at the present moment. The paper is theoretically based on Foucault's philosophical historical perspective focusing specifically on the phase of studies on power in its genealogical axis. The presupposition is that power, from the economic and political aspect, does not have only one visible face which imposes laws and norms through social control. We understand that power is best understood as a power struggle in which the subject does not always accept the regulations passively and thus unleashes actions of resistance. If institutionalized power controls publications and urban practices on the streets, creating graffiti becomes a form of counter-power and resistance. Society also reacts to this type of invasion, which is publicly visible, and tries to impede this “defacement” of buildings and walls. As a form of protection the creators of graffiti write in code and also insert a voice of protest against a society that is so controlled. If at first, the practice of creating graffiti was due to political resistance and then a form of demarcating territory and also as a demonstration of daring, now it is possible to detect a socio-economic concern. We base our study on Foucault (1995, 2003, 2010).

Keywords: discourse, genealogical, power, reaction.

Introdução

Os locais públicos da maioria das cidades brasileiras, como muros, viadutos e, até, monumentos públicos, são constantemente marcados com palavras ou letras inscritos em tinta aerosol. Essas inscrições são denominadas pichações que invadem locais de visibilidade e agridem a visão do transeunte urbano. Vistas como uma invasão, vamos encontrar uma grande quantidade que se renova a cada vez que um local é restaurado. Na trilha da pichação, surgiram mais recentemente pinturas coloridas, denominadas grafites que por serem uma expressão mais artística mais aceita pelo

público encontram-se em expansão. E essas formas de representação sensível lembram-nos que o espaço da cidadania é ocupado em movimentos coletivos num jogo de dispersões e individualidades, revelando um impulso de buscar a significação do mundo e, também, significar-se.

Nosso artigo detém a atenção naqueles dizeres específicos das pichações do espaço urbano e leva em conta que os sujeitos estão ligados ao seu espaço social e histórico. Nosso interesse volta-se às pichações como material gráfico, mas, especialmente, enveredamos uma busca dos sentidos construídos por essa forma de comunicação que toca a cidade de modo específico. Esses dizeres pichados

querem gerar sentidos e para isso é preciso que a sua linguagem estabeleça relações entre os sujeitos e, na dispersão dos milhares de dizeres que cortam a cidade, mostram em seu discurso interfaces da sociedade, da história e da cultura.

Por isso, ao fazermos um estudo da materialidade linguística de pichações, adotamos a perspectiva teórica da Análise do Discurso e nos embasamos na postura genealógica de Foucault. Nosso ponto de partida é a concepção foucaultiana de que, no Ocidente, a governamentalidade apresenta-se sob duas faces: de um lado, o governo que controla a relação entre sujeitos e, de outro, o governo como relação do sujeito consigo mesmo (FOUCAULT, 1995, 2003, 2010).

Nas ações de disciplinamento social dos indivíduos no espaço urbano, podemos verificar que o controle sobre o cidadão não é aceito pacificamente. Isso quer dizer que as formas específicas de sujeição e de controle sobre o sujeito são desrespeitadas quando certos dizeres se projetam de uma lata de tinta *spray* num exercício de resistência. Na Modernidade, essa forma de resistência ocorre por causa de um processo rarefeito do poder de publicação e das formas de monitoramento das produções escritas. Dessa forma, o pichador atua num gesto de resistência, para demonstrar que vivemos numa sociedade de normatização, mas não normalizada. As ações de poder controlador das ações humanas são monitoradas por normas específicas, mas não ocorre uma assimilação pacífica desses poderes.

O objetivo principal deste estudo é o de observar as relações de ser-poder em pichações expostas na cidade, para verificar como a conduta normatizadora, que tem por objeto a conduta de outros indivíduos, promove reações e contrarreações por causa da prática pichadora.

Entre os trabalhos já realizados nessa temática, destaca-se *A cidade dos sentidos* de Orlandi (2004) que traz um estudo acerca das pichações como texto carregado de discursos que se cruzam no espaço da cidade. Nessa obra, a pesquisadora avalia o gesto de pichação como uma busca de legitimidade para a comunicação quando o pichador se inscreve simbolicamente como uma voz diferenciada da periferia urbana. A invasão dos muros pelos grafismos atua como uma forma de conseguir emoção, “adrenalina”, para seu autor se afirmar como sujeito inscrito no espaço citadino, para sair do silenciamento. Pichar a cidade é inscrever uma assinatura, é uma tentativa de escapar da massificação e esculpir uma história própria. A análise verifica as relações discursivas entre os

sentidos em busca de compreender como os sujeitos se significam.

Em nosso artigo tomamos essa perspectiva como ponto de partida e nos propomos a investigar como os dizeres das pichações aparecem carregados de indícios que nos permitem interpretar as relações de poder entre os sujeitos discursivos que habitam uma cidade.

Neste artigo, desenvolvemos uma breve trajetória das concepções de poder e micropoder, conforme as concepções de Foucault, para, em seguida, fazer uma análise, segundo sua perspectiva. Para isso estamos usando algumas imagens exemplificadoras. Essas imagens, flagradas na primeira metade do ano 2011, são fotos de pichações e grafites no espaço urbano da cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Entendendo o discurso

Partimos da idéia embasadora de que os dizeres se inserem num conjunto de relações sociais desencadeadas numa perspectiva histórica. Dessa maneira, entendemos como Bakhtin/Volochinov (1995) que a interação humana por meio da linguagem contribui para a constituição do sujeito no mundo sócio-histórico. Esse sujeito, por sua vez, pode modificar o contexto em que vive. Assim, toda comunicação humana se estabelece num diálogo em continuidade ininterrupta. Logo, as pichações, de alguma forma mostram o propósito de estabelecer um diálogo social.

Dessa maneira, cada época e cada grupo social gera um conjunto de formas discursivas em seu processo de interlocução. Assim, nossa comunicação permite que nos revelemos para *um* outro, e esse gesto se dá com o auxílio *do outro* (dialógico). O dizer de cada um é *uma voz*, e nós nos constituímos *pelos vozes das pessoas* com quem nos comunicamos. Bakhtin (1981, p.169, grifo nosso) acentua a noção de discurso dialógico ao afirmar que,

[...] as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se *bivocais*. O único que pode diferenciar-se é a relação de reciprocidade entre duas vozes. A transmissão da afirmação de um outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. *O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros.*

Nessa linha, toda palavra se dirige a um interlocutor e estabelece um diálogo. Uma enunciação, qualquer uma, pode ser compreendida

como uma réplica ao diálogo social. Uma pichação é uma resposta a alguma enunciação anterior, seja numa fala interior voltada para si, seja na exterioridade do mundo.

Desse modo, esclarecemos que concebemos a linguagem como um jogo discursivo que se dá nas relações interpessoais. Toda linguagem realiza-se, então, dialeticamente, numa situação pragmática, sempre dotada de certa mobilidade entre regras determinantes e estruturadoras de um lado e, de outro, entre rupturas e flutuações sociais. Dessa forma, não podemos ver a linguagem como uma força que se impõe do mundo para o ser humano, nem como algo que brota de dentro de sua subjetividade, mas um jogo de discursos com avanços e recuos num movimento social conjugado à subjetividade.

Essa linguagem carrega, nas suas interfaces, o discurso na perspectiva da Análise do Discurso. Para nós o discurso se constrói socialmente numa conjugação de forças sociais, políticas, econômicas, ideológicas que entrecruzam enunciados concretos. Uma fala não pode soar sozinha num deserto, pois tudo o que se diz é resposta a um dizer anterior e estabelece um diálogo, que se lança em busca do interlocutor a fim de estabelecer comunicação. Por isso, uma pichação, mesmo aquela ilegível, estabelece uma interação social e tem ligações ideológicas com o que já foi dito.

Segundo Maldidier (2003), o filósofo francês Pêcheux, fundador da Análise do Discurso, compreende que “o sujeito não é a fonte do sentido: o sentido se forma na história através do trabalho da memória, na incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, mas ele escapa sempre” (MALDIDIER, 2003, p. 96). A partir dessa concepção, podemos dizer que as pichações são inscrições entretecidas num jogo entre as relações discursivas anteriores e as presentes e, por isso, o dizer do sujeito no ato pichador constrói um discurso por meio de “efeitos de sentido”. E esses sentidos estão marcados pelos papéis desempenhados no processo interlocutivo de lançar garatujas num muro. O sujeito que picha está inserido num contexto social e atravessado por discursos vários.

Palavras ou frases inscritas num viaduto são uma linguagem que se dá, de acordo com um processamento estratégico, na interlocução de sujeitos históricos situados. Nosso interesse em observar a pichação como um discurso deve-se ao fato de que nos preocupamos com a pichação, não como um *produto* dotado de um sentido linguístico congelado na parede. Nossa abordagem da pichação como um texto desenvolve-se, principalmente, na

tentativa de observar os sentidos discursivos que engendra. Especificamente, queremos tentar entender como se processam as relações de poder e resistência conforme a perspectiva foucaultiana.

Foucault: concepções básicas

O filósofo francês Michel Foucault também compreende o discurso como uma formação construída socialmente e, em sua inquietação investigativa, percorre vários campos do conhecimento em tentativas de ver como o ser humano se constitui sujeito e como as suas relações se dão com o ser-saber, o ser-poder e o ser-si. Conforme o próprio autor assume em entrevista (FOUCAULT apud DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 262, grifos nossos), sua obra pode ser observada sob uma perspectiva genealógica que pode ser observada em três fases:

Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos construímos como *sujeitos de saber*; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como *sujeitos de ação sobre os outros*; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como *agentes morais*.

Conforme Revel (2005), o primeiro seria o *momento arqueológico*, quando o autor pesquisa como os objetos de conhecimento contribuem para construir os saberes desenvolvidos no surgimento das ciências da vida, da economia e da linguagem. Assim, investigam-se os modos de objetivação que fazem do ser humano um sujeito. O segundo momento, denominado *genealógico*, dedica-se à análise das relações entre saber e poder no ambiente social por meio da disciplina. Com isso, busca a compreensão de como os sujeitos objetivados agem uns sobre os outros. E, no terceiro momento, também conhecido por *estética de si*, o filósofo observa como o homem objetivado em sujeito assume sua subjetividade, quer dizer, passa a subjetivar-se como agente ético a partir de técnicas de si.

Essa divisão dos estudos de Foucault não significa uma mudança de rumo em seu interesse investigativo sobre o sujeito, pois cada nova fase é um redirecionamento do foco sobre as relações humanas. Quando o filósofo se volta para um novo foco não significa que haja uma renúncia à fase anterior, porque cada perspectiva que surge agrega-se às anteriores. Embora todas as fases sejam instigantes, neste artigo, interessa-nos, em especial, o aspecto genealógico em que o autor se empenha na investigação acerca das relações de poder.

O projeto genealógico de Foucault (2005, p. 171) tem o objetivo de “ativar saberes locais,

descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”. Foucault usa essas palavras para falar da ciência e do saber histórico dos pequenos conhecimentos locais, mas consideramos que é possível tomá-las para debater as pichações urbanas que são publicamente repudiadas. Pensamos que, de alguma forma, as pichações se enquadram como saberes locais, descontínuos e não legitimados que atuam numa tentativa de reagir contra uma imposição do saber historicizado e contra uma sociedade que se estabiliza.

Na maior parte das vezes que se usa o termo “poder” em sua acepção mais comum, ocorre a percepção de um poder exercido entre os sujeitos como um domínio ou um controle sobre outro indivíduo ou, então, como uma autoridade capaz de tomar decisões sobre os outros humanos embasados em instituições. Foucault (1995) começa por demolir essa perspectiva por meio de uma série de negativas: o poder não é algo simples com alguém que manda e é obedecido; não é uma questão de força ou superioridade hierárquica exercida por uma autoridade sobre os demais. Além disso, o poder não é um lugar social de dominação, não é uma violência desencadeada sobre seres passivos e também não é um bem que se possui. Mais que isso, o poder não é algo pacífico, mas o fruto de uma *tensão* exercida entre os sujeitos. Não há passividade nas relações de poder, porque ao mesmo tempo em que se faz uma imposição, há uma reação contrária, uma resistência.

Para Foucault (1995), o poder é um modo de ação sobre a ação de outro ser humano livre, quer dizer que cada sujeito é dotado de liberdade para aceitar ou não as ordens que normatizam a sociedade e afrontá-las. Desse modo, cada um de nós tem uma série de possibilidades de conduta diante de si, por isso a liberdade abre a oportunidade de uma reação contrária à ordem, numa tensão que está sempre presente nas relações de poder. Assim o poder precisa reinventar constantemente suas técnicas para funcionar. Com isso, temos sempre um constante enfrentamento entre quem quer exercer o poder e aqueles que devem ou deveriam cumprir as regras.

De tal modo, o poder é uma tensão que se estabelece entre as partes, está sempre em relação de confronto, num jogo que envolve a resistência, pois,

[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se sobrepor, a perder sua especificidade e finalmente a se

confundir. Elas constituem reciprocamente uma espécie de limite permanente, de ponto de inversão possível. Uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das reações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis [...] (FOUCAULT, 1995, p. 248).

Então entendemos que o poder se constitui numa fronteira em que não há, especificamente, um dominado que se submete a um dominador. O que ocorre é um jogo de enfrentamentos, um jogo de tensões permanentes de cada parte para sobrepujar a estratégia do outro. Logo, podemos pensar que a ação de pichar muros e portas comerciais do espaço urbano seja mais que uma forma comum de rebeldia juvenil, mas uma resistência contra um excesso de regulamentações das visibilidades que predominam em nossa sociedade, regulando a exposição dos dizeres no espaço urbano.

A disciplina no espaço da urbe

Como as relações de poder entoam seu canto na dispersão de forças, percebemos que as pichações vão se ajustando permanentemente, na história da constituição e funcionamento das cidades. A parte organizacional da urbe lança mão de diferentes estratégias de articulação a fim de se obter do cidadão uma disciplina cuidadosamente planejada. A necessidade de um controle regulamenta as atividades produtivas e pratica ações coercitivas para neutralizar as relações de força.

Os signos que já estão regulados na cidade apresentam-se como prescrições como os sinais de trânsito ou indicadores como placas de avisos e nomes de estabelecimentos. Desse modo, existem técnicas produtoras de disciplinas para tornar os sujeitos dóceis, assim como existem técnicas de reação contrária. Segundo Foucault (2003, p. 244), “há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder”. As pichações aparecem, então, como forma de afrontar os espaços públicos e privados.

Assim, as cidades desenvolvem regulamentações diversas para controlar as ações dos cidadãos. Temos um conjunto enorme de regras que regem os corpos, dirigem os gestos e estabelecem comportamentos no espaço urbano. Os mecanismos de dominação impõem normas para se obter a maior e a melhor produtividade possível, desde legislação geral até técnicas de vigilância para controlar a população nos seus procedimentos mais simples e corriqueiros. Esse sistema de poder vai desde a parte mais ampla

do controle legal e repressivo até os canais infinitesimais do comportamento de cada habitante pela observação por meio de câmeras ou pelo próprio controle popular. Com isso, o espaço urbano é regido por um conjunto de regulações sobre o que se pode e se deve fazer até as coerções menores.

Há uma vasta normatividade sobre planejamento urbano, abertura de ruas e construção de edificações; há controle do trânsito, dos veículos, dos pedestres; ocorre a cobrança de impostos e taxas; existe regulação dos meios de comunicação, da fachada das instituições, da publicidade. Para se obter um controle maior sobre os sujeitos, desenvolve-se um sistema de vigilância por meio de fiscais, câmeras e até pelo próprio autocontrole de cada indivíduo subjetivado em fiscal do outro infrator.

A sociedade emprega as leis para regulamentar os direitos dos cidadãos, mas o funcionamento do poder liga-se, cada vez mais, às normas. Para Foucault (2002), a norma regulamenta os atos e as condutas, visando a uma padronização dos comportamentos do sujeito. Com isso os discursos são construídos no sentido de provocar uma homogeneização dos cidadãos, buscando enquadrar na “normalidade” todos os comportamentos desiguais ou assimétricos. Segundo o discurso urbano padronizador, pichar é uma forma de “deprecação” do espaço público que não pode ser aceito como comportamento civil, pois beira à ruptura da normalidade.

A irrupção de ações pichadoras ocorre dentro de uma historicidade e estabelece uma face nova nos modos de relação entre a história e a vida. E assim temos um diálogo: os pichadores reagem a uma sociedade normatizadora, inscrevendo dizeres nos muros; por sua vez, a organização social replica, impondo novas normas para a questão da desobediência civil. A interlocução não para aí, os pichadores recrudescem o comportamento ou buscam outras formas de resistência, basta ver que hoje já temos a pichação virtual na internet. No final de junho de 2011, *hackers* invadiram os sites da Receita Federal e da Presidência da República e lá deixaram suas “assinaturas” digitais como demonstração de que não há espaços vedados a eles.

A normalização dos sujeitos provocaria uma regularidade funcional na rede social e esse disciplinamento é da ordem do biopoder. Esse biopoder, conforme Foucault (1980), leva os indivíduos a realizarem procedimentos que garantem o ajustamento da população, de modo a

permitir uma expansão das suas forças produtivas. Até parece que a organização social quer que a disciplina faça tudo funcionar como uma orquestra, com um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar. Entretanto, a resistência está sempre presente em cada um desses níveis regulamentados, por isso dizemos que há uma normatização, mas não uma normalização, isto é, o poder não obtém, automaticamente, a submissão padronizada.

Os aspectos discursivos empregados para a padronização seguem um conjunto de técnicas específicas. Isso ocorre porque o ser humano não vem pronto e acabado biologicamente, mas é construído e constituído primeiramente num processo de objetivação. A objetivação envolve a tecnologia discursiva empregada para levar o indivíduo a compreender-se como um sujeito social.

Desse modo, o sujeito é visto como objeto de uma determinada relação na perspectiva de que pode ser construído discursivamente. Na sequência de sentir-se um sujeito, teremos um comportamento de autogestão ou movimentos de controle de si mesmo, então estamos no campo da subjetivação.

A técnica vai permitir que o sujeito vigie a si mesmo e ao outro para não romper com as normas. Assim a tensão entre a ordem estabelecida e a resistência do sujeito atenua-se, pois cada um passa a autocontrolar-se, pois já introjetou, já subjetivou, as normas.

As forças exercem tensão lado a lado e o controle vai, cada vez mais, detalhando-se em novas normas. Se o disciplinamento chega até as filigranas, numa espécie de micropoder, deparamo-nos com a microrresistência, ou micropoder às avessas que também está presente. Assim vemos as pichações como forma de reação contra o excesso de normas e contra a falta de espaço para que as manifestações se tornem visíveis. Esse é o jogo do poder do qual fala Foucault.

Em *A ordem do discurso*, Foucault (2010), explicita que socialmente há uma preocupação em controlar, selecionar, organizar e redistribuir os discursos. Por isso, consideramos que o surgimento de dizeres aleatórios como as pichações sofrem uma pressão social porque se constituem em perigo para os discursos já estabelecidos.

Assim como os discursos controlam ou tentam controlar os indivíduos, existe uma luta pelos discursos. Como o espaço da cidade é normatizado, pichar é uma forma de protestar, é opor uma resistência ao discurso padrão como um todo e tentar inserir novas formações discursivas.

Pichação: histórico de resistência

No final da década de 1960, começam a aparecer nos muros das grandes cidades brasileiras, breves frases de protesto como: “Abaixo a Ditadura”. Essas frases são curtas exatamente por serem uma ação rápida a fim de que seu autor não seja surpreendido em uma ação de resistência explícita contra a política instituída. Na década seguinte, os dizeres fazem a apologia das drogas, apoiando uma postura mais desvinculada do posicionamento político, mas de resistência a uma sociedade passiva contra o crescimento urbano e contra o artificialismo, usam frases como “Gonha breu”.

A partir dos anos 80 do século XX, com o retorno do processo democrático, as pichações começam a se diversificar e agregam outros objetivos. Os grupos querem ocupar os espaços, cada um quer mostrar-se como um sujeito dotado de voz, mas mantém-se no anonimato. Os dizeres passam a se apresentar de modo mais cifrado para que só os conhecedores possam decodificar as mensagens. O propósito passa a ser uma comunicação entre gangues para demarcar território, demonstrar perícia ao pichar em locais desafiadores ou, até mesmo, desafiar o controle urbano. Desenvolve-se uma fúria pichadora que não deixa escapar espaços onde se possa escrever: muros, portões, portas de lojas, prédios e até monumentos públicos. O discurso urbano diante disso é de perplexidade e revolta por visualizarem uma cidade “emporcalhada” (Figura 1).



Figura 1. Pichações invasoras.
Fonte: Fotos da autora.

A partir da década de 1990, começam a aparecer os grafites, uma forma de comunicação mais figurativa e colorida que passa a ter uma relativa aceitação. Os próprios pichadores costumam respeitar os grafites como arte de rua. A facilidade maior em compreender o que se expressa dá a essas imagens um *status* artístico e os grafiteiros recebem

um tratamento diferenciado. Em vários pontos do Brasil, hoje, há oficinas públicas para ensinar as estratégias da grafiteagem. E como essa prática popular se desenvolve em torno de todo o mundo, no mês de abril de 2011, o museu de Arte Contemporânea de Los Angeles apresenta uma exposição interna de mais de cinquenta grafiteiros dos vários continentes. Se surge a aceitação, já há normas se inserindo na padronização da grafiteagem, toda exposição de arte, por mais aberta que seja tem normas específicas.

O aparecimento dos grafites não decreta o fim das pichações que continuam invadindo a paisagem urbana. Além disso, o uso da internet vem permitindo a visibilidade que muito se procurou por meio das pichações. Vemos que a intensidade pichadora diminuiu, mas não desapareceu. As mensagens cifradas ainda sobrevivem com menor intensidade, mas estão à vista em quase todas as cidades do Brasil. Algumas vezes, os dizeres codificados envolvem-se em cores rebuscadas numa transição para o grafite (Figura 2).



Figura 2. Pichações semelhantes a Grafites.
Fonte: Fotos gentilmente cedidas pelo Prof. MSc. Alexandre Badim da Universidade Federal de Goiás.

Neste final da primeira década do século XXI, ocorre uma mudança no comportamento pichador, pois aparecem pichações legíveis a todos os leitores de português, em muitas oportunidades numa combinação com as imagens grafitadas. São esses textos de autores anônimos que nos interessam neste estudo.

Na combinação entre imagem grafitada e dizeres, deparamo-nos com a frase pichada num muro “Você não é o conteúdo de sua carteira” (Figura 3). Aqui aparece um discurso de preocupação político-social, pois expõe uma acusação à alienação capitalista que valoriza o dinheiro acima de todas as possibilidades. A materialidade dos dizeres entra em consonância com as imagens e gera um reforço do próprio protesto que é o emprego da pichação.

A resistência assume uma perspectiva diferente. Se, inicialmente, observávamos uma resistência política contra a ditadura, depois a apologia das drogas e a demarcação do território, vemos agora surgir uma autoria que não só se objetivou como um sujeito social, mas também subjetivou-se ao assumir o papel de ser uma voz de alerta contra as injustiças sociais. Cada vez que se inscrevem textos nos muros é uma voz que dispara uma reação contra uma sociedade voltada para interesses econômicos e produtivos sem considerar a humanidade de cada ser.



Figura 3. Pichação expõe resistência.

Fonte: Fotos gentilmente cedidas pelo Prof. MSc. Alexandre Badim da Universidade Federal de Goiás.

Se há uma busca da interação com o interlocutor por meio da imagem colorida, os dizeres começam a surgir quase que como uma legenda a fim de dialogar e inserir uma perspectiva de resistência às injustiças sociais (Figura 4). “A fome doi” é um grito do sujeito que presencia essa dor em sua vivência e, não é só uma voz que grita da periferia da cidade, mas também a daquele que se preocupa em mudar o comportamento do individualismo egoísta do capitalismo. Em contrapartida, também o transeunte parece tender mais a aceitar esse tipo de discurso, o que tem permitido um crescimento visível do número de pichações legendadas. A Subjetivação do autor está contribuindo para também subjetivar o leitor.

Essa pequena voz que fica ecoando no muro impõe-se como leitura a todos os que por ali passam como uma forma de micropoder que tenta levar seu protesto a um número cada vez maior de pessoas. Percebemos que a resistência ou microrresistência é uma estratégia de luta que tenta uma inversão dos poderes estabelecidos. E como já há normas e mecanismos de vigilância para impedir a pichação, os discursos de repúdio ou de aceitação das inscrições no espaço público têm se misturado às vozes autorizadas pelo poder instituído. Dessa forma, entendemos que os movimentos de

resistência pichadora são também um esforço de ação sobre a ação alheia, portanto são gestos de tensão que caracterizam o poder conforme Foucault.



Figura 4. Pichação e Grafite sobre a fome.

Fonte: Fotos da autora.

Na dispersão das vozes que se comunicam anonimamente, há alguns que se preocupam com a imagem que as ruas enunciam. Há pichadores que divulgam a ideia de que é preciso “salvar a rua” (Figura 5), como se houvesse um perigo iminente ao qual se deve atentar. Seriam os discursos em contraposição? Essa pequena voz num tapume comunica-se com outras em relação aos problemas urbanos.



Figura 5. Pedido de socorro para a rua.

Fonte: Fotos da autora.

Dialogando com as pichações, vamos encontrar discursos que se opõem às ações das latas de *spray*. Uma placa que parece um aviso traz um enunciado pleno de promessa e ameaça para impedir a ação pichatória. Nesse caso, discursivamente o texto precisa estar assinado para dar credibilidade ao que se enuncia. “Senhor pixador, a cada mês que este muro permanecer limpo o condomínio [...] doará uma cesta básica para uma instituição carente da sua

cidade. Cond. Resid. ...” (Figura 6). Pelo aspecto intacto do muro, pode-se concluir que o enunciado é eficiente. Nesse jogo de micropoderes quase podemos ouvir a cidade “falar” acerca de suas disparidades, regras e resistências.

Desse modo, percebemos que há uma preocupação social com os menos favorecidos e isso é suficiente para mostrar-nos que também há disciplina a ser respeitada entre os pichadores.

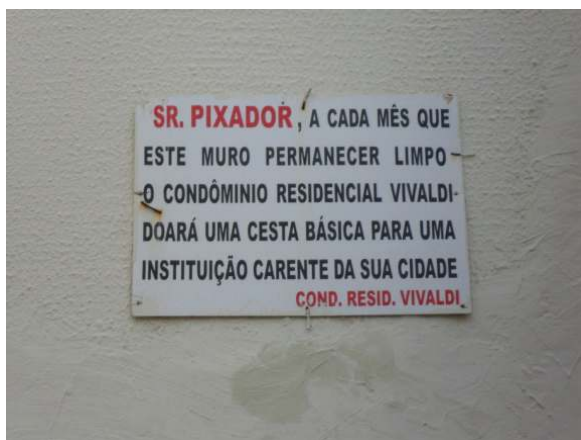


Figura 6. Condomínio resiste ao pichador.
Fonte: Fotos da autora.

Os embates entre a ordem urbana e os pichadores têm promovido um diálogo e abrem-se permissões para sua divulgação em muros de marginais, ferrovias ou viadutos. Há inclusive uma disciplina ética entre os pichadores que respeitam os grafites.

Considerações finais

Há uma predileção do público pelo grafite, especificamente por ser colorido e entendido como arte das ruas. Essa arte já vem sendo reconhecida e acolhida por museus como o de Los Angeles-2001 e outras competições e apresentações se realizam em várias partes do mundo ocidental e oriental. Esse acolhimento leva-nos a crer que a aceitação se dá porque os grafiteiros se inserem dentro das normas que essas instituições determinam para receber o produto. Desse modo, consideramos que ocorre uma inserção normativa e o grafite passa a ser visto como obra “normalizada” discursivamente, portanto perfeitamente inserida no discurso moderno. Os dias de rebeldia e resistência estão terminando.

As pichações observadas ao se aproximarem do grafite também passam por um processo de recepção mais acolhedora. E, se a concepção de poder em Foucault é aquela em que o poder não está localizado, mas aparece disperso no espaço urbano, vemos que a pichação, como uma complexa rede de

vozes, mostram que se mantém alguma resistência contra os poderes que regulam a aparição dos dizeres na cidade. O jogo de poderes urbanos produz um diálogo áspero contra a invasão que a pichação ainda produz, essa resistência vem em contraposição dos pequenos poderes que se digladiam pelo direito ao espaço dos muros na urbe, pelo direito de levar a sua voz a todo transeunte da cidade.

A proposta genealógica de Foucault abre oportunidade para se observar de perto como a técnica das pequenas ramificações do poder está conectada à produção de determinados saberes sobre o espaço urbano. Esse dispositivo nos permite enfocar, de um lado, uma sociedade organizada que pretende impedir as vozes resistentes; de outro, os micropoderes que teimam em enunciar dizeres em contraposição, apontando para um grupo resistente que começa a se fazer ouvir e obtém certo respeito.

Consideramos que o uso dos pressupostos de Foucault sobre o poder é produtivo para analisar o embate entre o poder instituído e os protestos de pichações nos muros. Isso ocorre, pois sempre haverá vozes em oposição, inserindo sua resistência contra um disciplinamento, uma normalização, com a qual uma parte da população urbana não concorda. Isso nos mostra que as contraposições dos poderes e seu estudo apontam para uma polêmica que permite fazerem surgir novas idéias e renovação conceptual sobre o homem e sobre a vida.

Referências

- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BAKHTIN/VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na ciência da linguagem. Tradução M. Lahud e Y. F. Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Ed.). **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. Poderes e estratégias. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Foucault**: estratégia, poder-saber. Tradução V.

L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 241-252. (Ditos e escritos IV).

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, M. (Ed.). **Microfísica do poder**. Tradução de R. Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução L. F. A. Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MALDIDIER D. **A inquietação do discurso**: reler Michel Pêcheux hoje. Tradução E. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **A cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução M. R. Gregolin, N. Milanez e C. Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

Received on June 30, 2011.

Accepted on July 28, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.